



BOLETIM DA

aepetASSOCIAÇÃO DOS
ENGENHEIROS
DA PETROBRÁS

JUNHO 1991

EXTRA

PRIVATIZAÇÃO:



AEPET divulga suas posições para a sociedade

Empenhada em esclarecer à sociedade os prejuízos da aplicação nacional do Programa de Desestatização do governo em setores estratégicos da economia, a AEPET tem mantido contato com parlamentares, trabalhadores e empresários discutindo a questão.

Parlamentares

Membros da diretoria da AEPET estiveram em Brasília mantendo contatos com parlamentares de diversos partidos políticos com o objetivo de divulgar as posições desta entidade com relação ao Programa Nacional de Desestatização e, em especial, manifestar a discordância pela ausência da ação fiscalizadora do Congresso Nacional com relação ao mesmo. O Congresso Nacional é, em última análise, o responsável pela criação de empresas estatais ou suas subsidiárias ou ainda pela autorização para participação em associações minoritárias, conforme definido em Constituição.

A AEPET esteve presente em 6 de junho na Câmara dos Deputados para acompanhar o depoimento do presidente do BNDES e da Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização, Eduardo Modiano, sobre o processo de desestatização. Diversos contatos foram feitos com parlamentares com o objetivo de trazer à discussão os grandes inconvenientes da aplicação deste processo a setores estratégicos da economia, como é o caso da Petroquímica, Fertilizantes e Siderurgia.

A necessidade de esclarecimento do Con-

gresso Nacional é prioritária para a AEPET.

É de fundamental importância, no julgamento da AEPET, que o Congresso Nacional retome para si, formalmente, a responsabilidade de autorizar à alienação de patrimônio público, analisando caso-a-caso a sua conveniência e oportunidade para o País.

Contatos também estão sendo feitos com Governadores e bancadas estaduais dos Estados da Federação onde a PETROQUÍSA se faz presente.

Articulistas de jornais de grande circulação

A AEPET tem mantido contato com diversos articulistas de jornais de grande circulação com o objetivo de fornecer dados e informações sobre a indústria petroquímica, assim como alertar para as consequências danosas da aplicação a este setor industrial e também para a economia do País do Programa Nacional de Desestatização.

Corpo Técnico de Empresas Desestatizáveis

A AEPET esteve em Porto Alegre em 11 de abril, para fazer uma palestra, seguida de debates, sobre a desestatização da indústria petroquímica, promovida pela

AEPET — ASSOCIAÇÃO DOS ENGENHEIROS DO PÓLO DE TRIUNFO. Nesta ocasião, a AEPET foi recebida pelo Diretor Presidente da COPESUL, Dr. Luiz Felipe de Azevedo, quando foi possível discutir os variados aspectos da desestatização, em especial da indústria petroquímica do Rio Grande do Sul.

A AEPET também esteve em Salvador, em 18 de junho, para participar de debate sobre a privatização da Petroquímica, juntamente com empresários, políticos e trabalhadores da indústria petroquímica baiana.

Está previsto para breve contato semelhante em São Paulo.

Entidades da Sociedade Civil

Convidada pelo MODECON — Movimento da Defesa da Economia Nacional — a AEPET proferiu palestra sobre a desestatização da indústria petroquímica. Esta entidade, presidida pelo ilustre jornalista Barbosa Lima Sobrinho, reúne-se todas as segundas-feiras, às 17h30, na ABI — Associação Brasileira de Imprensa (Rua Araújo Porto Alegre, 7º andar — Rio de Janeiro). Nesta ocasião, foram feitos diversos convites para que a palestra seja apresentada a outras entidades.



ASSOCIAÇÃO DOS
ENGENHEIROS DA PETROBRÁS
Sede: Rua Senador Dantas, 75/1801 -
Centro CEP: 20031 Tel.: 220-4774 -
Telex: (21) 40167 - FAX: (021) 262-
9224 - CGC: 34.131.870/0001-11 -
Insc. Munic.: 428.078-00

DIRETORIA EXECUTIVA

Diomedes Cesário da Silva
Presidente
CENPES/DIPROM
Sala: 2130
Tel. Trab.: 598-6242 598-6234
Fernando Leite Siqueira
Vice-Presidente
DEPRO/DENGE
Sala: 1005
Tel. Trab.: 534-2550 534-1175
Alexandre Guilherme de O. Silva
Diretor de Patrimônio
SEGEN/DEIND
Sala: 6º andar
Tel. Trab.: 566-5745
Hildebrando J.C. Gonsales
Vice-Diretor de Patrimônio
PETROQUISA/PETRORIO
Sala: 7º andar
Tel. Trab.: 242-8081
Ricardo Moura de A. Maranhão
Diretor de Comunicações
SEGEN/DIAGE
Sala: 7º andar
Tel. Trab.: 566-3760/566-3761
Felipe Leite e Antunes
Vice-Diretor de Comunicações
DETRAN/DENGE/SEPRO
Sala: 1206
Tel. Trab.: 534-4851/534-2493
Heitor Manoel Pereira
Diretor de Pessoal
Av. Almirante Barroso, 6 CEP 20031
Sala: 704
Tel. Trab.: 220-3837
Carlos Soligo Camerini
Vice-Diretor de Pessoal
CENPES/DIPLON/SEMEC
Sala: 15
Tel. Trab.: 598-6526
Marco Aurelio Latge
Diretor Cultural
DEPEX/DIRSUL/SERAB
Sala: 1301
Tel. Trab.: 534-2079
Márcia Amaral Estevão dos Santos
Vice-Diretor Cultural
CENPES/DIPROD/SECOP
Sala: 465
Tel. Trab.: 598-6734 598-6730

CONSELHO FISCAL

Argemiro Pertence Neto
Membro do Conselho Fiscal
SERMAT/DICOMP-I/SECOM-I
Sala: 659
Tel. Trab.: 534-1711 534-1712
Edson Luiz Megale Vale
Membro do Conselho Fiscal
DEPER/SETEN
Sala: 1078
Tel. Trab.: 534-2875 534-2343
Carlos Augusto D. Brandão
Membro do Conselho Fiscal
Av. Rui Barbosa, 636/1004 - CEP
22250
Tel.: 551-7967
Rosalina Chedian Pimentel
Membro do Conselho Fiscal
SERPLAN
Sala: 853
Tel. Trab.: 534-2138
Sydney Reis Santos
Membro do Conselho Fiscal
SETINF-PESOP
Sala: 1604
Tel. Trab.: 534-2757 534-4804
Hildo Francisco Henz
Membro do Conselho Fiscal
DEPIN/DIREP/SECRA
Sala: 2062
Tel. Trab.: 534-2063

BOLETIM DA AEPET

Jornalista Responsável
Celeste Cintra
MTB 84698
FOTOGRAFO
Luciano Alves
RAMA ARTES GRÁFICAS
Rua Evaristo da Veiga, 16/s-504
20031 - Centro - RJ
Tel.: 262-9906

Diretoria da PETROQUISA recebe a AEPET

Atendendo ao chamamento através de declarações aos jornais quando da posse do novo Vice-Presidente da PETROQUISA, Dr. Evilásio Soriano, membros da Diretoria da AEPET estiveram reunidos com a Diretoria da PETROQUISA, em 25/04/91, quando foi possível à AEPET apresentar seu conjunto de argumentos que inferem ao Programa Nacional de Desestatização responsabilidade por vários danos a serem causados à indústria petroquímica brasileira, se aplicado na forma que vem sendo conduzido pela Comissão Diretora e pelo BNDES.

A AEPET aproveitou a oportunidade para levar ao conhecimento da Diretoria da PETROQUISA a preocupação desta entidade face ao desconhecimento por parte dos membros da

Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização com relação à indústria petroquímica, como pode se depreender das declarações ao Jornal do Brasil, no dia 06/01/91, do Presidente desta comissão, Dr. Eduardo Modiano, pelas quais é colocada a PETROQUISA como empresa monopolista no setor petroquímico.

Ficou clara, através desta reunião, a concordância pela Diretoria da PETROQUISA e pela AEPET do papel fundamental que a PETROQUISA ainda tem a desempenhar no setor petroquímico brasileiro. Aliás como sempre desempenhou. O parque industrial que dispomos é o reflexo direto da participação do Estado através da PETROBRÁS/PETROQUISA neste importante alicerce da economia nacional.



Promessas tentam iludir empregados da COPESUL e PQU

Os trabalhadores, bem como a sociedade em geral, foram sumariamente alijados de opinar sobre o processo de desestatização.

Além disso, os trabalhadores da COPESUL e PQU estão sendo levados a acreditar que o processo de privatização é irreversível. Todavia, como compensação, o governo poderá generosamente oferecer aos mesmos prioridade na aquisição de 10% ou 15% do capital volante destas empresas em condições privilegiadas de preço e ou financiamento.

Assim sendo, foi criada uma expectativa para estes trabalhadores no sentido do financiamento poder ser pago com dividendos futuros, bem como face ao percentual do capital volante adquirido, os trabalhadores poderiam participar de uma diretoria. Com base nestas promessas, empresas estão sendo criadas na PQU e COPESUL para participar no processo de desestatização.

Com relação ao assunto, entendemos que os trabalhadores destas sociedades deveriam questionar o seguinte:

— Levando em conta que é praticamente impossível neste País a projeção de lucros a curto, curto prazo, qual a garantia que os funcionários terão no sentido do pagamento do financiamento.

— A inclusão de representante dos trabalhadores na diretoria da empresa face ao controle de 10% ou 15% do capital votante pode ser facilmente contornável, bastando que os acionistas majoritários façam chamadas de capital regulares das quais certamente os trabalhadores não poderão participar, tendo conseqüentemente as suas participações diluídas gradualmente.

— Se o governo quer realmente democratizar o capital das empresas desestatizáveis porque não vender 51% das ações aos trabalhadores, com financiamento privilegiado para ser pago da mesma forma com dividendos, possibilitando que as empresas sejam geridas pelos trabalhadores.

Qual o tratamento dado pelas empresas privadas quando enfrentam dificuldades financeiras e suas conseqüências no quadro de pessoal (manutenção ou enxugamento), independente dos empregados serem acionistas ou não.

Privatização como mostra a experiência tem sido sinônimo de redução de pessoal.

Após terem as questões acima esclarecidas, entendemos que os trabalhadores destas empresas certamente compreenderão que a oferta do governo visa apenas conseguir respaldo para este processo de ataque às estatais e conseqüente dilapidação do patrimônio público.

Câmara dos Deputados divulga mais um relatório de acompanhamento

A Subcomissão Especial de Acompanhamento do Programa Nacional de Desestatização, da Comissão de Economia, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados, divulgou ao final do primeiro trimestre o 2º volume do Relatório de Atividades.

A AEPET contribuiu com uma série de documentos, anexados a este relatório, de modo a enriquecer o debate sobre este assunto.

Da mesma forma do acontecido ao 1º volume, a Subcomissão recomenda a suspensão de qualquer leilão até o

efetivo entendimento em nível nacional sobre o Programa Nacional de Desestatização.

Reproduzimos a seguir as conclusões deste 2º volume do Relatório de Atividades.

Conclusões

O processo recessivo da economia brasileira se acentuou, com a elevação dos índices inflacionários, o que nos leva a reafirmar que essa situação conduz as empresas a uma evidente desvalorização e até mesmo ao sucateamento, sem aportes de novos recursos e de reinvestimentos nos setores privatizáveis.

A indefinição em relação ao período e as conseqüências dos conflitos no Golfo Pérsico poderá, temporariamente, inviabilizar qualquer programa de privatização que envolva o sistema PETROBRÁS, notadamente nos setores petroquímico e de fertilizantes, que passariam a desempenhar um papel estratégico dentro das novas circunstâncias internacionais, se bem que até o presente momento a repercussão do conflito foi muito mais de ordem política do que econômica.

Conforme já foi posto anteriormente, o número excessivo de empresas a serem privatizadas, a um só tempo, conduz a um inevitável processo de desvalorização das mesmas, além de outras questões que precedem a própria inclusão das empresas na lista de privatizáveis. A Comissão Diretora do Programa sugeriu ao Presidente inclusão, entre outras, de duas empresas do setor elétrico para serem privatizadas: a LIGHT e a ESCELSA. Ora, a LIGHT, empresa que foi privada, de capital estrangeiro até 1979, foi estatizada tendo a ELETROBRÁS assumido o controle da LIGHT/Rio e LIGHT/São Paulo.

Posteriormente a LIGHT/São Paulo foi transferida ao Governo do Estado de São Paulo, passando a se denominar ELETROPAULO. Esta Subcomissão pode confirmar, durante seus encontros no Rio de Janeiro, a delicada situação da LIGHT, credora da ELETROPAULO, uma vez que o Governo do Estado de São Paulo não quitou, ainda, a compra da empresa, e nem mesmo a parte da dívida externa que lhe cabia. A ELETROPAULO deixou de pagar cerca de setecentos milhões de dólares. Questões importantes se afiguram para viabilizar a privatização da LIGHT (e da ESCELSA também). Que seja regulamentado o art. 175 da Constituição, que trata de Concessão de Serviços Públicos. A Comissão Diretora encaminhou anteprojeto à apreciação do Presidente da República para que após sua aquiescência seja apresentado ao Congresso projeto de lei sobre a matéria. Sem a regulamentação desse dispositivo constitucional e a conseqüente revisão da política tarifária que impede uma remunera-

ção adequada ao concessionário, não faz sentido a privatização dessas empresas. Outra questão é a defendida pelos futuros Governos estaduais do Rio de Janeiro e Espírito Santo de transferências dessas empresas da União para os Estados, sendo que no caso da LIGHT, em qualquer circunstância, terá que ser levada em consideração a dívida do Estado de São Paulo para com a empresa.

Outro ponto importante que merece ser examinado politicamente pelo Governo, diz respeito à posse dos novos Governos estaduais que ocorrerá em março, coincidindo, com o cronograma previsto pelo Programa Nacional de Desestatização, de efetuar leilões. Podemos citar os Estados de Minas Gerais, Espírito Santo, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Pernambuco, Santa Catarina, São Paulo e Bahia que têm empresas listadas como privatizáveis.

Não se pode desconhecer que muitas campanhas eleitorais vitoriosas foram baseadas em programas que discutiam ou questionavam as privatizações que ocorreriam nesses Estados. Quando se pretende viabilizar uma saída política, através de um entendimento nacional que envolva os principais segmentos de sociedade, não se poderá afastar a hipótese de participação pelo voto que lhes foi confiado pelo povo, dos novos Governadores, das Assembléias Legislativas e do novo Congresso Nacional.

A preocupação, negada pelos condutores do processo de fazer caixa, pode, no nosso entendimento, nos levar a questões jurídicas como já acentuados no Volume I do Relatório, com o respeito aos direitos dos acionistas minoritários, em decorrência da destinação dos recursos oriundos da privatização. Questioná-los por exemplo, qual a destinação que será conferida à Petrobrás na venda de seus ativos da Petroquisa e da Petrofértil, ou do Banco do Brasil, no caso da Acesita.

Entendemos que a reorganização econômica do Estado, a definição de uma política industrial para o País, a desregulamentação dos diversos setores cartoriais, uma nova política tarifária, são fundamentais para viabilizar um programa de desestatização, mas que esbarra em dificuldades que se acentuaram numa recessão profunda com a diminuição de poder aquisitivo do povo, impossibilitando a pulverização das ações e a participação mais efetiva dos empregados das empresas privatizáveis na compra de ações que lhe vierem a ser destinadas. Se não foi possível definir até o presente momento uma política salarial para o País, como se imaginar que os trabalhadores com o achatamento salarial, com aumento de desem-

prego, inclusive no setor privado, possam participar de uma negociação que envolve um poder aquisitivo cada vez mais escasso?

Restaria a alternativa do ingresso do capital estrangeiro que dificilmente participaria de um processo de privatização, a não ser através de conversão da dívida com deságio ainda a ser definido e com conseqüente desnacionalização de determinados setores da economia que não terão condições competitivas para arcar com sua entrada no mercado de ações.

A participação do capital estrangeiro não é absolutamente nefasta aos interesses nacionais, tanto que o Congresso Nacional introduziu limite de 40% no momento da privatização, podendo até se estender a um percentual maior após a ocorrência de privatização, pois neste caso já não haveria controle acionário estatal.

Entende-se ainda que o capital estrangeiro a princípio, como qualquer capital, ao participar da aquisição de uma empresa, desejaria que a mesma prosseguisse suas atividades, aportando os recursos e investimentos necessários.

A questão colocada reside na desproporção de qualquer competitividade no momento em que o Governo Federal impõe uma rígida política monetária, minando a capacidade de participação do empresariado nacional, dos trabalhadores e do público em geral.

Entendemos que o debate deva prosseguir exaustivamente, e o Congresso, em particular esta Subcomissão deverá manter o papel vigilante de fiscalização e controle constitucional dos atos do Executivo, procurando cooperar no sentido de que cheguemos a uma viabilização efetiva do processo de abertura econômica do Estado, sem reversibilidade nem novas ingerências estatais, como ocorreu em passado recente.

Ante essa circunstância, sugerimos que esta Subcomissão, com nova composição a ser definida pelo futuro Congresso Nacional mantenha sua postura crítica, independente e construtiva, pois esse programa não é apenas um programa de Governo atual e sim da Nação como um todo e não se esgota com o final de seu mandato. Ele se estenderá na medida que os acertos forem ocorrendo e a condução transparente do processo venha trazer reflexos positivos para a economia do País.

Dessa forma tendo em vista, a manutenção das circunstâncias que persistem e até mesmo se agravaram da edição do Volume I para o atual, sugiro que não sejam realizados leilões, até o efetivo entendimento nacional sobre o assunto.

AEPET convidada para depo

Reproduzimos a seguir o depoimento da AEPET no Seminário sobre o Processo de Desestatização na Petroquímica, promovido pela Subcomissão Especial para Acompanhamento do Programa Nacional de Desestatização, da Comissão de Economia, Indústria e Comércio da Câmara dos Deputados, realizado em 15/01/91, na Confederação Nacional da Indústria (CNI), Rio de Janeiro.

“Inicialmente, gostaria de elogiar a iniciativa da Câmara dos Deputados por promover este encontro, possibilitando o debate desta importante questão.

A AEPET agradece o convite para expor suas opiniões sobre o atual Programa de Desestatização que, sob entendimento distorcido de eficiência e modernidade, corre o risco de destruir os esforços feitos por gerações passadas, promovendo a desnacionalização do parque industrial brasileiro, agravando a recessão e a vulnerabilidade do País em setores estratégicos.

Nosso posicionamento tem um caráter pessoal procurando expor o que consideramos o melhor para o País, dentro de uma linha que levou à criação do parque petroquímico brasileiro pela PETROQUISA e pelo fortalecimento de milhares de empresas privadas nacionais que atuaram diretamente no processo, como fornecedores de equipamentos e materiais, montadores e consultores.

Temos, na AEPET, profundas divergências de natureza geral sobre o projeto liberal do Governo, que pode provocar o desmonte de nossa economia, mas este não é o momento para aprofundar esta questão. Mas é o momento de explicitar o claro desmonte que se prepara do Sistema PETROBRÁS, em relação ao qual o Congresso Nacional, representado pelo Deputado Marcos Queiroz, não pode se omitir. Esse desmonte está caracterizado pela irresponsável extinção da INTERBRÁS e pela venda das ações que o Sistema PETROBRÁS tem em empresas das áreas química, petroquímica e de fertilizantes, ou seja, pelo processo de desestatização.

O liberalismo arcáico que justifica esse desmonte costuma afirmar que a PETROBRÁS deve ficar restrita à área de petróleo, que essa é a sua missão. Nada mais atrasado, nada mais afinado com a ideologia conservadora.

Está comprovado que o capitalismo moderno (e eficiente, para usar expressão tão em moda) cada vez mais é constituído de grandes empresas, de grandes corporações, de conglomerados com diversificação produtiva.

Praticamente todas as grandes empresas petrolíferas mundiais têm o seu braço químico. Para citar algumas SHELL, EXXON, AMOCO e ENI.

Está comprovado que a presença estatal na indústria petroquímica é fator estratégico de desenvolvimento. Basta vermos os exemplos da França, Itália, Espanha, Holanda, Áustria, Noruega e Finlândia, países do 1º mundo onde

os nossos governantes pretendem ver o nosso País inserido.

A PETROBRÁS, a menos dos setores em que opera monopolisticamente por delegação legal, não postula exclusividade. Mas também não aceitamos que seja contida no sentido de ingressar em áreas para as quais se julgue qualificada e com sinergia e que seja confrontada com a concorrência de empresas privadas, nacionais e estrangeiras. Que fiquem no mercado os melhores. Nós, engenheiros e profissionais de nível universitário da PETROBRÁS, acreditamos na competência da empresa em trabalhar com alta eficiência e produtividade, competindo, aceitando as regras do liberalismo. Quem tem receio desse confronto, indago.

Entendemos que a PETROBRÁS, por suas afinidades e pelas dimensões de seus negócios, conforme exemplo das grandes corporações internacionais, pode e deve ter ação empresarial em petroquímica, química, refino, transporte, gás natural e comércio internacional. E que seja cobrada e controlada pela sociedade na sua eficiência, que seja confrontada pela concorrência.

Dentro deste debate de alocação de recursos públicos, investidos em Empresas Privadas, aproveito para indagar por que o BNDES tem fantásticos recursos aplicados no projeto da Bahia Sul, de celulose e papel, controlado pelo Grupo Suzano, exatamente em um setor de larga tradição privada no Brasil. Será para minimizar o risco privado, enquanto de outro lado o Estado se retira da petroquímica? Eis aí uma primeira pergunta para o BNDES.

Se estou equivocado nessas considerações, então desejo ser contestado aqui e agora, inclusive pelos representantes de empresas nacionais e estrangeiras aqui presentes. Até porque os grandes conglomerados estrangeiros apresentam diversificação não só em produtos e campos de atuação, mas também em termos geográficos, daí o seu caráter em geral multinacional. Uma grande empresa como a PETROBRÁS não pode ficar limitada em sua capacidade de gerar negócios, impedindo-se o seu poder de alavancagem, caso contrário estaríamos, aí sim, na contra-mão da história, no que há de mais moderno e eficiente dentro de uma empresa capitalista moderna, pois estaria fugindo a uma tendência natural. Insisto que não existe no planeta uma empresa sequer, do porte da PETROBRÁS, sem incursões em outras áreas de negócios derivadas de seu negócio principal.

A AEPET não procura analisar as questões sob os rótulos estatizante e privatizante mas sim discutir quando, onde e de que forma se justifica a ação do Estado, até mesmo para apoiar e amparar empresários privados nacionais sérios, competentes e sobretudo brasileiros, preocupados em gerar empregos no País, melhorar a qualidade de vida da população, gerar tecnologia própria, enfim, pensar no Brasil e não apenas nos seus lucros e em si próprios.

Ficando ainda em questões genéricas, causa estranheza que o Programa de Desestatização não tenha sido aberto à participação dos trabalhadores, que deveriam estar representados na Comissão Diretora, e que, para ser transparente, ali também deveriam estar presentes representantes da imprensa. Por outro lado, naquela

PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS DO SISTEMA BNDES: ALGUNS EXEMPLOS. (POSIÇÃO EM 31.12.1989)

	NCz\$ Subscritos	% do Cap. Votante	% do Cap. Total
Aracruz Celulose	14.100.120,16	12,47	13,59
Bahiasul Celulose	219.542.124,91	—	25,52
Banco do Brasil	3.199.046.400,00	—	5,75
Banco do Nordeste	143.240.000,00	10,96	29,13
Caraiiba Metais	116.718.133,97	32,99	31,97
CVRD	589.472.409,52	4,13	2,66
Cofap	46.387.091,00	—	10,19
Metacril	17.655.044,55	35,07	35,07
Cia. Votorantin de Celulose e Papel	930.834.590,45	6,39	33,33
Conepar	83.605.174,82	—	11,76
Copene	335.776.680,00	—	0,02
Copesul	176.317.730,65	32,86	30,72
Coteminas	49.775.527,07	—	48,31
Dedini	44.171.800,00	—	31,73
Elekeiroz	20.417.999,50	—	18,14
Equipamentos Villares	12.700.000,00	—	35,79
Metanor	5.871.616,00	—	11,24
Norquisa	100.990.524,78	—	10,08
Oxiteno Nordeste	48.127.448,64	—	0,13
Petrobrás	3.019.071.591,00	2,48	15,92
PQB	13.418.070,68	—	54,24
Petrório	284.280.000,00	—	9,71
Pisa	114.772.269,42	—	19,66
Pronor	110.088.138,16	—	27,67
Riocell	74.803.762,00	31,05	30,99
Salgema	129.639.608,32	—	45,31

Comissão Diretora se encontram pessoas que, até pelas suas próprias atividades profissionais têm fortes ligações com interessados na compra e venda de ações de propriedade do Estado.

Essa é uma outra grande dúvida que peço ao BNDES para esclarecer.

Passando ao assunto específico da petroquímica, a AEPET tem algumas observações e dúvidas, esperando que nesta oportunidade sejam dados os esclarecimentos devidos e definitivos.

Em primeiro lugar, cabe lembrar que a PETROQUISA não atende a nenhum dos seis objetivos fundamentais enumerados no Artigo 1º da Lei 8031.

Em segundo lugar, não vemos razão para a desestatização do setor petroquímico. Este setor é fundamentalmente privado. A PETROQUISA participa minoritariamente em 31 das 35 empresas às quais está associada.

Queremos esclarecer ao Dr. Eduardo Modiano, Presidente do BNDES e da Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização que, ao contrário do que foi afirmado na sua entrevista ao Jornal do Brasil, de 06.01.91, a PETROQUISA não exerce qualquer tipo de monopólio. Uma leitura superficial de seu relatório anual de atividades seria suficiente para se chegar a esta simples conclusão. Uma breve análise da indústria petroquímica indica sim que a desestatização poderá ampliar a ação dos cartéis bem como desnacionalizar por completo este importante setor multiplicador de atividades. Nos preocupa também a sua afirmação de que estaria “abrindo mão do objetivo de vender ao melhor preço”. A AEPET pensa que esta não é a melhor abordagem quando se trata de patrimônio público.

Por outro lado, cabe revelar que a AEPET tem acompanhado, por estudos próprios, as várias facetas desse setor e verificou que a desestatização na petroquímica pode provocar enormes prejuízos para a PETROBRÁS, calculados em mais de US\$ 1,1 bilhão. Esses cálculos coincidem com os realizados pela própria PETROQUISA. Isso redundará em forte redução do valor das ações da PETROQUISA e

r na Câmara dos Deputados



A AEPET esteve presente debatendo suas posições no Seminário do C.N.I.

da PETROBRÁS, com grandes perdas para os seus milhares de acionistas.

É sabido que as ações da Petrobrás têm grande peso nas Bolsas de Valores e isso seria um desastre para o frágil mercado acionário brasileiro.

Além disso, é falacioso dizer que a desestatização fará surgir recursos para ajudar nos investimentos da PETROBRÁS. Conforme o Decreto 99.463, de 16.08.90, o valor líquido da desestatização será transformado em títulos da dívida pública, de longo prazo, ou seja, a capacidade de investir da PETROBRÁS seria na realidade reduzida de imediato, pois ficaria privada da percepção de dividendos oriundos da PETROQUISA. No período 1980-1989 os lucros da PETROQUISA somaram US\$ 1,4 bilhão e especialmente nos anos de 1987 e 1989 os lucros da PETROQUISA foram superiores aos da PETROBRÁS em torno de 40%.

Este é mais um aspecto que merece esclarecimentos do BNDES e também da direção da PETROBRÁS.

A AEPET crê que a saída do Estado da indústria petroquímica, independente da fórmula adotada, inviabilizará os objetivos maiores de desenvolvimento tecnológico do setor. A PETROQUISA, com o porte empresarial que dispõe, vem trabalhando na construção de seu centro de tecnologia, de modo a ampliar as atividades de pesquisa e desenvolvimento no País. Os grupos nacionais não têm porte nem tradição em P&D. Das empresas multinacionais, não se deve esperar investimentos significativos, pois realizam estas atividades junto às suas matrizes no exterior.

O histórico da participação da PETROQUISA na implantação e desenvolvimento da indústria petroquímica no Brasil é a maior prova de um planejamento adequado para o setor. A política de fortalecimento do setor privado em conjunto aos seus papéis moderador na asso-

ciação com as empresas estrangeiras e indutor no desenvolvimento do setor, representando os interesses do País como empresa controlada pelo Estado, é um dos poucos exemplos de ação empresária do Estado no Brasil bem sucedida. Muitos conhecedores deste processo não se cansam de enfatizar que não teríamos uma indústria petroquímica no Brasil se não tivesse havido uma ação eficiente do Estado através da PETROBRÁS.

Outro aspecto ainda pouco claro diz respeito à posição do BNDES na privatização. O relatório anual do BNDES de 1989 nos dá informações preciosas sobre a carteira de participações acionárias da BNDESPAR. Se essas informações forem devidamente apreciadas, fica clara a contradição desse processo.

A carteira de participações da BNDESPAR é variada e de grandes proporções. Direta ou indiretamente participa de empresas onde tem como parceiros empresários nacionais e estrangeiros e outras empresas estatais, inclusive dos setores químico, petroquímico e afins. Vou relacionar apenas alguns exemplos:

Vejamos algumas curiosas observações que esse quadro oferece:

1 — A ARACRUZ foi privatizada, com estardalhaço, vendida para o Banco Safra. Mas a BNDESPAR continua como grande acionista, com 12,47% do capital votante e 13,50% do capital total. Trata-se de Empresa com cotação na Bolsa e grande exportadora.

2 — A CARAIBA METAIS foi privatizada, também com grande estardalhaço, mas a BNDESPAR continua com 32,99% do capital votante e com 31,97% do capital total.

Nessa Empresa um dos compradores do controle foi o Grupo do Sr. Carlos Mariani.

O caso CARAIBA METAIS é realmente didático. Semanas após sua privatização, os preços do cobre foram liberados, os estoques estavam elevados e o que era deficitário virou excelente negócio. Porque não se liberaram os preços quando a CARAIBA ainda estava em mãos do Estado? Formou-se um oligopólio privado conforme denúncia dos próprios empresários no setor de cobre. Só com o valor dos estoques, com preços majorados, foi possível pagar grande parte do valor de compra. O prejuízo ficou com o contribuinte; a fama de ineficiente com o Estado e a de eficiente com o grupo privado.

3 — A CIA. VOTORANTIN DE CELULOSE E PAPEL, do maior grupo privado brasileiro, à frente o Sr. Ermírio de Moraes, tem 6,39% do capital votante nas mãos da BNDESPAR e 33,33% do capital total, ou seja, grande parte das ações preferenciais.

4 — A BNDESPAR é acionista da CONEPAR, holding do Grupo Econômico, do Sr. Ângelo Calmon de Sá, com 11,76% do capital total (em preferenciais). O Grupo Econômico é acionista da NORQUISA, da COPENE e de outras petroquímicas que o Governo quer desestatizar.

5 — A BNDESPAR é acionista da NORQUISA, com 10,08% do capital total (somente em preferenciais), da qual são acionistas várias Empresas do Pólo de Camaçari que o Governo quer desestatizar.

6 — A BNDESPAR é acionista da PQB-

Petroquímica da Bahia, holding da família do Sr. Carlos Mariani, que participa de várias petroquímicas que o Governo quer privatizar. A participação da BNDESPAR é de 54,24% do capital total, na forma de ações preferenciais.

7 — A BNDESPAR participa com 9,71% do capital total da PETRORIO, junto com os vários grupos interessados na desestatização do setor, e num projeto que ainda não saiu do terreno, portanto ações sem qualquer liquidez no médio prazo.

8 — A BNDESPAR tem 27,67% do capital da PRONOR, empresa que tem como sócio nacional privado o grupo do Sr. Carlos Mariani e que também está para ser desestatizada.

9 — A BNDESPAR participa com 31,05% do capital votante da RIOCELL e com 30,99% do capital total dessa empresa de celulose, igualmente exportadora.

São sócios da RIOCELL, que foi privatizada com estardalhaço, os Grupos VOTORANTIN, IOCHPE e KLABIN.

10 — A BNDESPAR participa do capital da SALGEMA com 15,45% em conjunto com outros grupos interessados na desestatização.

Conforme a AEPET já afirmou em seu depoimento à Subcomissão da Câmara dos Deputados, essa não é uma situação confortável. Entendemos que esses grupos, se desejam continuar liderando a tese da desestatização e se desejam participar da compra de ações de propriedade do Estado, devem preliminarmente adquirir, no mínimo pelo valor patrimonial, essas ações em poder da BNDESPAR. Caso contrário, a AEPET se julga no direito de contestar a legitimidade da desestatização. Isso porque esses empresários consideram dispensável a participação do Estado, o sócio PETROQUISA, pois entendem que podem caminhar com suas próprias pernas. Então, que assim seja!

Esse detalhe parece ter escapado à percepção dos empresários e também à burocracia estatal que conduz o programa de desestatização.

Gostaria de ouvir a posição da direção do BNDES, dos empresários e do Deputado Marcos Queiroz sobre o assunto.

Os prejuízos que seriam causados ao País com a retirada da PETROBRÁS, através da PETROQUISA, do setor petroquímico; a cartelização do setor; um breve histórico da petroquímica no Brasil, destacando a importância da participação da PETROQUISA; a desnacionalização do setor, como evidente consequência da retirada do setor estatal; o papel atual da PETROQUISA e um resumo da participação crescente estatal na petroquímica mundial são relatados em um documento recente da AEPET de alerta à sociedade brasileira, que incorporamos a este depoimento. Afinal, muitos equívocos são cometidos no País por desinformação e preconceito e é o nosso dever como cidadãos evitá-los.

Para não alongar-me, encerro aqui minha colaboração, reafirmando que a AEPET não faz restrição pessoal a qualquer dos senhores. Queremos apenas o mínimo de transparência e de esclarecimento e a oportunidade de levar esta discussão para a sociedade.

Muito obrigado pela oportunidade. ”

Porque as grandes Empresas de Petróleo atuam em Petroquímica

Muito tem sido dito a respeito dos limites de atuação da PETROBRÁS. Que ela deveria se ater aos negócios afetos estritamente ao petróleo. Exploração, produção e refino.

Ao mesmo tempo cobram incessantemente eficiência e modernidade.

Neste trabalho, a AEPET mostra que todas as grandes empresas de petróleo do mundo atuam em petroquímica.

E mais, a atuação da PETROBRÁS, através da PETROQUISA, em petroquímica é coerente com a atuação destas grandes companhias. Se avaliarmos, em especial, as companhias do primeiro mundo, podemos concluir que, se a modernidade está associada ao que lá acontece, a atuação da PETROBRÁS/PETROQUISA em petroquímica já é moderna.

As grandes empresas de petróleo são ditas grandes porque têm capacidade de influenciar os padrões, qualitativos e quantitativos, do consumo de energia e, portanto, a tudo mais que a isso se associa, cada uma delas em definidas regiões do mundo.

Essa influência deriva da capacidade que essas empresas têm naquelas regiões de:

- determinar preços competitivos (lato sensu)
- satisfazer demandas de mercados.

São extremamente variáveis as dificuldades.

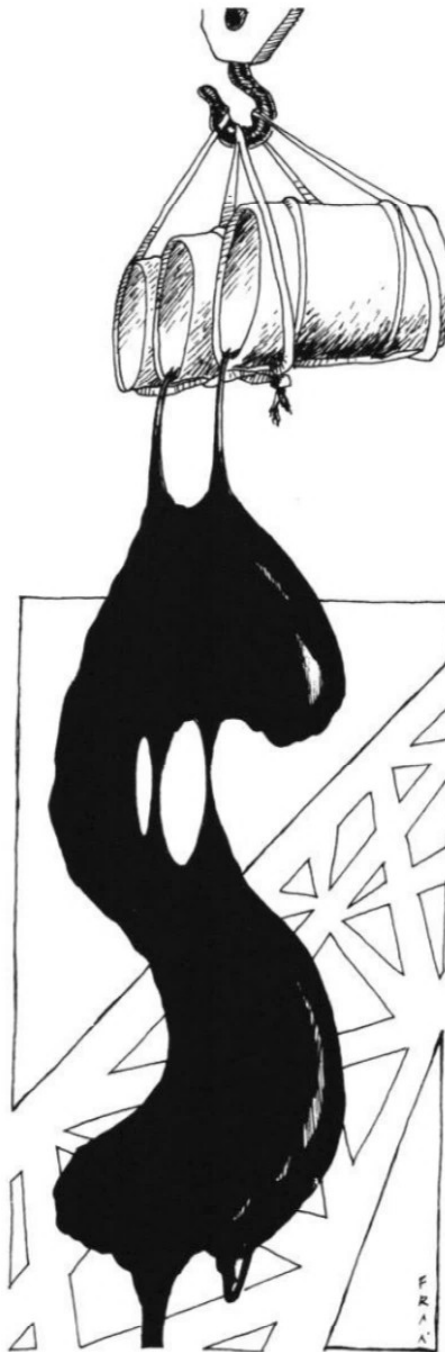
- de acesso à jazidas de óleo;
- de extrair esse óleo;
- de transportar e transformar o tipo específico de óleo obtido em produtos padronizados para uso corrente e, finalmente, de colocar esses produtos onde eles são demandados.

Dentro dessa imensa gama de dificuldades dessemelhantes, sendo umas mais e outras menos controláveis, a única forma para as grandes empresas de manter as referidas capacidades, de determinar preços competitivos e de satisfazer demandas em regiões definidas é atuar em todas as etapas do negócio de petróleo — exploração, perfuração, transporte, refino e distribuição — buscando compensação para dificuldades (custos maiores em algumas etapas através de facilidades (ganhos) maiores em outras. (Ver Anexo 1)

Essa necessidade de integração entre as atividades com petróleo, essencial para viabilizar uma grande empresa, é também válida, internamente para cada atividade (exploração, perfuração etc.) como forma de maximizar ganhos ou reduzir perdas globais.

Na etapa de refino, integração se traduz por maximização dos ganhos com correntes e produtos fabricando-os consoantemente com a demanda.

Acontece que as variáveis em que se pode atuar durante o refino são restritas. O perfil da produção — ou seja, que produtos são fabrica-



dos e em que quantidades relativas — é, com muito pouca flexibilidade, definido:

- pela qualidade do óleo processado;
- pela característica das unidades de refino;
- pelas especificações exigidas para alguns produtos chave.

Ao mesmo tempo que produzem gasolina, diesel e óleo combustível, as refinarias produzem também, compulsoriamente, outras correntes de demanda maior ou menor pelo mercado. Entre essas correntes estão a nafta e o gásóleo.

Dentro da estratégia global do negócio de petróleo anteriormente descrita, que é a de maximizar ganhos (e/ou reduzir perdas) em todas as atividades, como forma de contrabalançar

custos — às vezes não competitivos — em outras atividades, estabelece-se aqui um problema: como valorizar essas correntes? Como maximizar os ganhos com essas correntes?

A resposta a esse problema dada pelas grandes empresas tem sido continuar o processamento dessas correntes — nafta e gásóleo — para mais além, até chegar a produtos com alta demanda, pelo mercado: os produtos petroquímicos, como plásticos, borrachas, fibras, solventes, detergentes, etc. (Ver Anexo 2)

Hoje cerca de 15% de todo petróleo refinado no Brasil vai, principalmente sob forma de nafta, para as centrais de matérias-primas básicas, unidades industriais que abastecem as fábricas petroquímicas de segunda geração com os materiais necessários para o processamento.

A par de elevar o valor daquelas correntes, a petroquímica absorve (e portanto reduz) custos da indústria de petróleo em pelo menos duas grandes áreas: a do investimento em tecnologia e a da formação de quadros profissionais. Isso se dá porque as empresas de óleo dispõem de elevada capacidade tecnológica em áreas que são comuns com a petroquímica. Uma central de matérias-primas, por exemplo, é muito semelhante a uma refinaria.

Do exposto, conclui-se que as empresas de petróleo de grande porte (tal como a PETROBRÁS o é) necessitam integrar suas atividades até a operação petroquímica como forma de maximizar sua competitividade.

ANEXO 1: Principais empresas de petróleo e áreas de atuação

COMPANHIAS	PRINCIPAIS ÁREAS DE ATUAÇÃO
PEMEX	a,b,c,d,f,g,n
SHELL	a,b,c,d,e,f,g,h,i
BP	a,b,c,d,e,f,g,h,i,n
EXXON	a,b,c,d,f,g,h,i
ENI	a,b,c,d,e,f,g,h,i,l,m,n,o
ELF	a,b,c,d,e,f,g,h,i,p
MOBIL	a,b,c,d,e,f,g,h,i
CHEVRON	a,b,c,d,e,f,g
AMOCO	a,b,c,d,e,f,g,i,o
OCCIDENTAL	a,b,c,d,f,g,h,g
PDVSA	a,b,c,d,e,f,g
ONGC	dados não disponíveis
TOTAL	a,b,c,d,f,g,h,i,r
TEXACO	a,b,c,d,f,g
YPF	a,b,c,d,f,g
NORSK	a,b,c,d,e,f,g,i,q,s
ARCO	a,b,c,d,f,g,h
PHILIPS	a,b,c,d,e,f,g,n
KUWAIT	a,b,c,d,f,g,h,n
PETROBRÁS	a,b,c,d,e,f,g

LEGENDA:

- | | |
|-------------------------------|-----------------------------------|
| a) Exploração e Produção | (j) Nutrição |
| b) Refino | l) Minério |
| c) Distribuição | m) Têxtil |
| d) Transporte | n) Engenharia |
| e) Pesquisa e Desenvolvimento | o) Eletrônica — Alta Tecnologia |
| f) Química e Petroquímica | p) Saúde, Higiene e Bio-Indústria |
| g) Comércio Exterior | q) Agricultura |
| h) Carvão | r) Energia Solar |
| i) Metais | s) Energia Elétrica |

Anexo 2 Principais Empresas de Petróleo Produção Petroquímica (1988)

Empresa	País	Capacidade Produtiva (b/d)	Capacidade Refino (b/d)	% Químico S/ Receita total	Setores Industriais
Amoco	EUA	809.000	1.054.000	33	Básicos Intermediários Fibras Plásticos Polímeros especiais Aditivos p/comb. Inorgânicos Solventes Prod. Quím. p/Petróleo
Atlantic Richfield	EUA	738.000	641.000	25	Básicos Intermediários
British Petroleum	Inglaterra	1.600.000	1.991.000	18	Básicos Intermediários Plásticos Borrachas/elastômeros Inorgânicos Interm. p/detergentes Prod. Quím. p/Petróleo
Chevron	EUA	1.000.000	2.267.000	21	Básicos Intermediários Plásticos Inorgânicos Fertilizantes Herbicidas Agentes Tenso-Ativos Aditivos p/comb.
Du Pont (Conoco)	EUA	408.000	585.000		Intermediários Plásticos Borrachas/elastômeros Inorgânicos Fibras Pigmentos Propelentes Especialidades Solventes Aditivos Plásticos Especiais Agroquímicos Catalisadores
Exxon	EUA	1.900.000	3.819.000	22	Básicos Intermediários Plásticos Borrachas/elastômeros Fibras Inorgânicos Agentes Tenso-Ativos Especialidades
Mobil	EUA	735.000	2.144.000	26	Básicos Plásticos Inorgânicos Fertilizantes Aditivos p/comb.
Occidental	EUA	233.000	—	64	Plásticos Intermediários Inorgânicos Eletroquímicos Agroquímicos Interm. p/detergentes Aditivos p/comb. Especialidades
Texaco	EUA	1.000.000	1.525.000	12	Básicos Intermediários Inorgânicos Catalisadores Solventes Especialidades Coque
PDVSA	Venezuela	1.653.000	1.258.000		Básicos Intermediários Plásticos Inorgânicos Fertilizantes
Pemex	México	2.540.000	1.514.000		Básicos Intermediários Plásticos
RUHR Oel	Alemanha	—	215.400		Básicos Intermediários
OEMV	Áustria	—	204.000		Básicos Intermediários Plásticos
Petrofina	Bélgica	114.000	644.000	—	Básicos Plásticos Inorgânicos Borrachas/elastômeros
Repsol	Espanha	27.190	562.000		Básicos Intermediários Plásticos Borracha/elastômeros Negro de Fumo
Neste Oy	Finlândia	—	241.000	—	Básicos Intermediários Plásticos Solventes Aditivos p/comb. Inorgânicos
ELF Aquitaine	França	426.000	515.000	64	Básicos Intermediários Plásticos Borrachas/elastômeros Inorgânicos Antioxidantes Agentes Tenso-Ativos Aditivos p/borrachas
Royal Dutch Shell	Holanda	1.800.000	4.161.000	29	Básicos Intermediários Plásticos Borrachas/elastômeros Interm. p/detergentes Solventes Pesticidas Enzimas
Eni (Agip)	Itália	316.000	876.000	19	Básicos Intermediários Plásticos Borrachas/elastômeros Inorgânicos Aditivos p/borrachas Organofluorados Agentes Tenso-Ativos Polímeros Especiais Fibras Agroquímicos Especialidades Química Fina Fármacos Aditivos p/alimentos
Statoil	Noruega	352.000	155.000	21	Básicos Plásticos
Petrogal	Portugal	—	313.300		Básicos Solventes
Sonatrach	Argélia	641.000	464.700		Básicos Intermediários Plásticos Fertilizantes
Saudi Aramco Arábia		4.348.000	1.160.000		Básicos Intermediários Plásticos
Nioc	Irã	2.333.000	615.000	—	—
Inoc	Iraque	2.244.000	667.000	—	—
Kuwait	Kuwait	971.000	820.000		Amonia Ureia
Pertamina	Indonésia	778.000	833.000		Polipropileno Negro de Fumo
Chinese Petroleum	Taiwan	2.458	446.500		Básicos
Idemitsu	Japão	—	608.000		Básicos Intermediários Plásticos Solventes Aditivos p/comb.
Petrobrás	Brasil	680.000	1.388.000	8	Básicos Intermediários Plásticos Elastômeros Inorgânicos Solventes Catalisadores Coque Organoclorados Agentes Tenso-Ativos

Fontes:
— Petro Companhias — 1990 de todos exceto Petrobrás.
— Rel. Anual Petrobrás — 1989

OBSERVAÇÕES:

1 — Fontes:

Petroleum Intelligence Weekly PIW, de 11.12.89 (pág. 8)

Fortune Internacional Edition (Vol. 113/114, de 1986; Vol. 115, de 1987; Vol. 117 e 118, de 1988 e Vol. 119 e 120, de 1989).

2 — As áreas de atuação listadas são as de

maior preponderância na organização das cita das companhias.

3 — No comércio exterior a PETROBRÁS atuava através da INTERBRÁS em processo de extinção por decisão do Governo.

Privatização, bom negócio?

Imagine que você participasse de uma empresa que lhe desse uma boa receita anual e que o sócio majoritário se dispusesse a vendê-la. Você não tem interesse em sair do negócio, pois ele está indo muito bem, e, ainda por cima, com a recessão do País vão querer lhe pagar um valor muito abaixo do que vale, afinal ninguém tem dinheiro. Mas isto não é tudo. Seu sócio diz que vai lhe pagar com títulos de longo prazo (sem definição de prazo) intransferíveis e inegociáveis.

Caso de polícia, diria você. Pois é, mas é o que está acontecendo com o processo de desestatização no Brasil, com um patrimônio que é de todos. De acordo com o Decreto n.º 99.643, de 16 de agosto de 1990, que regulamentou a Lei 8.031, de 12 de abril de 1990, todos os resultados provenientes de vendas de participação acionária, após liquidação de passivos e pagamentos de dívidas destas empresas serão repassados ao governo com o recebimento pela empresa estatal (PETROBRÁS, por exemplo), de títulos de dívida pública de longo prazo.

Para exemplificarmos, tomemos o caso da COPENE, que é a central de matérias-primas do pólo petroquímico do Nordeste onde a Petrobrás Química S.A. (PETROQUISA) subsidiária química da PETROBRÁS participa com 48% do capital votante e cuja participação no patrimônio líquido é de cerca de US\$ 500 milhões.

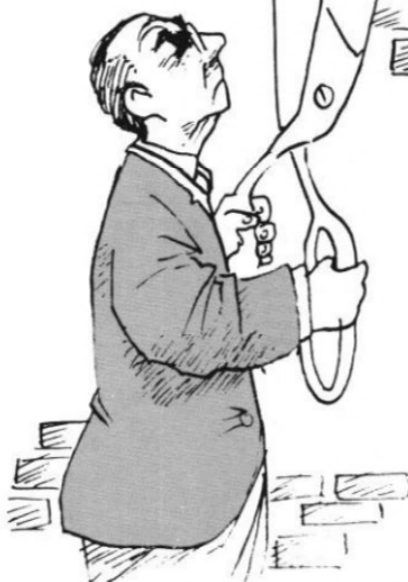
Se esta participação fosse vendida pelo valor patrimonial haveria, de imediato, uma perda de US\$ 125 milhões, correspondentes aos 25% de IOF, que cresceriam ainda mais com o pagamento do Imposto de Renda pessoa jurídica, Imposto de Renda sobre lucro e contribuição social.

Se vendida a preços de cotação das suas ações no mercado, estes prejuízos subiriam a US\$ 271 milhões, uma vez que o atual quadro recessivo faz com que as cotações de ações estejam variando de 30% a 40% do valor patrimonial. No global, a PETROQUISA com um patrimônio de US\$ 3,8 bilhões, se vendida pelo valor patrimonial, acarretaria um prejuízo de US\$ 1,15 bilhão, somente com o recolhimento dos impostos incidentes sobre a venda.

Como dissemos, pela legislação, mesmo o valor restante não irá para a PETROBRÁS, tendo seu patrimônio no setor reduzido a pó, com prejuízos para a sociedade brasileira e os 450 mil acionistas da Companhia, configurando ato lesivo ao patrimônio público e abuso do poder do acionista majoritário, o que dará margem à ações na justiça.

Bom, diria você mas se o Governo está querendo vender é porque é um mau negócio. Lendo o engano. A PETROQUISA vem apresentando elevados lucros anuais nos últimos anos: US\$ 196 milhões em 1987, US\$ 262 milhões em 1988, US\$ 224 milhões em 1989 e US\$ 24 milhões em 1990, apesar de ter sido um ano de recessão.

PRIVATIZAÇÃO



Mas então é porque só o Estado participa no setor e os empresários privados são proibidos de participar. Também não, pois a PETROBRÁS através de sua subsidiária — a PETROQUISA participa de 35 empresas, sendo 31 minoritariamente. O setor petroquímico já é privado, não há porque desestatizar.

As companhias de petróleo de todo o primeiro mundo têm braço petroquímico, sejam elas privadas, caso da SHELL CHEMICALS e EXXON CHEMICALS, ou estatais, como a ATOCHEM, ORKEN e RHONE-POULENC, na França; ENICHEM, na Itália, REPSOL QUÍMICA, na Espanha. A presença estatal no setor é forte em todo o mundo e tende a se acentuar, conforme nos dá conta a revista Oil & Gas Journal, de abril de 1990. Cabe lembrar que a necessidade de integração do negócio petróleo com áreas afins, como é o caso da petroquímica, é preponderante para viabilizar uma grande empresa, no sentido de buscar compensações para dificuldades (custos) em algumas etapas, através de facilidades (ganhos) maiores em outras.

Se a PETROQUISA não existisse, hoje teríamos o setor cartelizado, impedindo o surgimento de novos grupos e certamente mais desnacionalizado. Do patrimônio do setor, de cerca de US\$ 8 bilhões, apenas 6% pertencem a grupos estrangeiros. Essa participação não é comum em setores de tecnologia de ponta ou em segmentos com amplo mercado como é o caso da petroquímica.

No final da estória, o de sempre: incentivos fiscais, por anos a fio; subsídios de US\$ 4 bilhões à nafta em 10 anos, bancados pela população a título de implantação do setor, resultando em lucros para uns poucos, desnacionalização do setor e prejuízos para todos nós.

Associação dos Engenheiros da
Petrobrás
AEPET

Males da privatização

O primeiro caso de privatização no Brasil de uma companhia do governo federal é um primoroso exemplo negativo deste processo.

Com o conhecido motivo de reorientar o Estado para suas mais legítimas funções, deixando para a iniciativa privada o que seria de sua alçada própria, o governo Castelo Branco alienou a Fábrica Nacional de Motores, pioneira da indústria automobilística brasileira, que montava o caminhão Fcnemê (FNM) — na época a maior presença nas nossas precárias estradas — e o automóvel "JK", depois FNM 2.000, cuja mecânica avançada ainda hoje não tem similar no país. Foi um processo sumário, que transferiu a fábrica, com todas suas instalações em Duque de Caxias (RJ), para a Alfa Romeo, italiana, que fornecia a tecnologia para o automóvel.

Salvaguardas, se foram firmadas, de nada valeram. Pouco tempo depois a Alfa Romeo entrou em colapso na Itália — mostrando que não era o melhor comprador que deveria ter sido escolhido — tendo sido, por sua vez vendida para a FIAT que logo transferiu a linha de montagem do automóvel para suas instalações em Betim (MG), onde montava o pequeno "147". No Rio ficou a FIAT Diesel com a linha de caminhões, que, entretanto, teve sobrevivência curta. Suas portas foram fechadas e despedidos todos os empregados remanescentes que, felizmente, já puderam usufruir do novo benefício, o FGTS. As máquinas foram vendidas. Só sobraram os galpões que não encontraram comprador.

Agora a FIAT cogita utilizar estes galpões para instalar um grande Centro Comercial de importados. Suprema ironia: onde se criou a primeira fábrica de veículos automotores no Brasil, totalmente brasileira, uma companhia estrangeira quer instalar um armazém de importados.

Cabem ainda duas observações finais:

1: Ao mesmo tempo em que a FIAT desativava a produção de caminhões no Brasil, instalava-se no Paraná uma outra fábrica de caminhões, a Volvo. Ou seja, a FNM não acabou por falta de mercado.

2: Em contraste, na França, depois da guerra, o governo francês estatizou a Renault para evitar seu fechamento. Hoje a Renault, estatal, é o quinto maior fabricante de caminhões do mundo.

Pergunta final: Qual a melhor decisão para o país?

Roldão Simas Filho